



EXÉRCITO BRASILEIRO

Um retrato à aquarela

<http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201900030007>

MARIA ALICE REZENDE DE CARVALHO*

RESUMO

Este ensaio apresenta alguns dos resultados de uma pesquisa sobre os oficiais do Exército Brasileiro, patrocinada pela Capes, no âmbito do Edital Pró-Defesa. Trata-se de um *survey* nacional, cujo questionário foi enviado a 20.435 oficiais da ativa e possibilitou a construção de um banco de dados contendo as respostas de 2.423 entrevistados. Serão apresentadas as percepções desses oficiais acerca da instituição em que atuam e da democracia brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: *Exército brasileiro; democracia; profissionalismo; política*

Brazilian Army: An Outlined Portrait

ABSTRACT

This essay presents some of the results of a survey of Brazilian Army officers, sponsored by Capes, within the scope of the Edital Pró-Defesa. It's a national survey, whose questionnaire was sent to 20,435 active officers and allowed the construction of a database containing the answers of 2,423 respondents. The perceptions of these officials about their institution and about Brazilian democracy will be presented.

KEYWORDS: *Brazilian army; democracy; professionalism; politics*

[*] Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: malice@puc-rio.br

UMA PESQUISA, ALGUNS CONTEXTOS

No ano de 2008, o Ministério da Defesa, sob o comando de Nelson Jobim, lançou o segundo edital de um programa para estimular a cooperação entre instituições civis e militares em torno de iniciativas voltadas ao ensino, à pesquisa e à formação de recursos humanos na área de defesa e segurança. Financiado com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Pró-Defesa fora concebido em 2005 como uma política pública de ciência que se valeria dos recursos humanos e da infraestrutura de instituições de ensino superior para ampliar a reflexão acerca da soberania nacional e dos desafios envolvidos na projeção do Brasil no mundo. De uma perspectiva republicana, a iniciativa sinalizava positivamente para a interação entre instituições do Estado brasileiro e a

sociedade civil, visando ao acompanhamento de temas que até então eram exclusivos à inteligência e às instituições militares.¹

No contexto do fim da década de 2000, o país conhecia uma expansão econômica associada à redução da pobreza, e uma política externa pautada pela necessidade de conter as investidas dos blocos europeu e norte-americano em prol do “livre comércio”, reconhecida-mente desvantajoso para países mais pobres. Crescimento interno e certo ativismo no plano internacional foram as rotas de fuga do governo brasileiro para escapar da onda de escândalos que quebrava sobre ele. Como afirma Perry Anderson (2011), nem mesmo uma parcela de votantes no presidente Lula era indiferente às denúncias acerca da distribuição ilegal, pelo PT, de fundos a parlamentares. Mas a economia em crescimento propiciava maiores chances de emprego e maiores esperanças à massa de eleitores, que, pouco a pouco, desatentou dos malfeitos. Enfim, conquistas materiais em um contexto de crise mundial e vitórias simbólicas, expressas no reconhecimento que setores influentes da opinião internacional devotavam ao presidente Lula, fizeram com que, em seu segundo mandato (2007-2010), o Brasil — o “B” da sigla BRIC, posteriormente BRICS — emergisse como potência global, compelindo diferentes agências governamentais a um tratamento mais atento àquela projeção do país no plano internacional.

Naquele ano de 2008, o departamento de ciências sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) se dedicava à expansão da sua pós-graduação, com a construção do programa de doutorado. E para isso concebeu o engajamento do corpo docente em uma pesquisa coletiva e transdisciplinar, que consolidasse a interação intelectual entre colegas e a inclusão de um número razoável de pós-graduandos. Por iniciativa de Sarita Schaffel, então coordenadora do Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP-FDC), se teve acesso ao Edital Pró-Defesa II e, posteriormente, a recursos da Capes para a realização de um *survey* nacional sobre o perfil social e valorativo do oficial do Exército Brasileiro. Trago essa *petit histoire* de um departamento universitário em meio à apreciação de uma conjuntura política apenas para sublinhar que, naquele momento, o recrutamento de pesquisadores pelo consórcio Ministério da Defesa/Capes não requeria especialistas na questão militar nem restringia o universo temático das propostas, o que sugere alguma disposição em ampliar o círculo de interlocutores em torno de problemas concernentes às Forças Armadas. A proposta da PUC-Rio tinha como título *Sociologia das Forças Armadas* e, como justificativa, a necessidade de, em meio à redefinição do papel do Exército Brasileiro sob a democracia, conhecer o perfil de seus oficiais.

Após 2008, vieram à luz mais duas edições do Pró-Defesa: (a) em 2013, ano em que a degradação da vida nas cidades brasileiras arrastou

[1] A pesquisa foi realizada por Eduardo Raposo, Maria Alice Rezende de Carvalho e Sarita Schaffel e publicada como livro: *Para pensar o Exército brasileiro no século XXI* (Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2019).

[2] Sobre as edições do Programa Pró-Defesa, ver www.defesa.gov.br/ensino-e-pesquisa/defesa-e-academia/pro-defesa. Acesso em: 08/06/2019.

[3] A propósito dessa especialização, é significativo o resultado do último edital do Pró-Defesa www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/resultados/26112018_Edital__27__PRO__DEFESA__Resultado__preliminar.pdf. Acesso em: 08/06/2019.

[4] Quando de sua criação, o Pró-Defesa pretendeu responder ao diagnóstico de diferentes matizes da opinião democrática brasileira acerca do distanciamento entre as Forças Armadas e as esferas política, econômica e acadêmica do país. Tal perspectiva transparece nos discursos do então ministro Nelson Jobim (2009) e do deputado federal Raul Jungmann, do PPS, ao assumir a presidência da Frente Parlamentar da Defesa Nacional, em 2008 (Jungmann, 2009).

[5] Audiência pública, como se sabe, é um dos mecanismos de participação democrática previstos na Constituição de 1988 (Inciso II, § 2º do Artigo 58), que consiste no diálogo entre entidades da sociedade civil e autoridades estatais em torno de temas considerados de grande relevância.

multidões em uma sequência de protestos por todo o país; e (b) em 2018, ano de drásticas mudanças no cenário político, agravadas por um processo de sucessão presidencial que dividiu a sociedade e que terá efeitos ainda não totalmente divisados nas instituições envolvidas no Pró-Defesa: as Forças Armadas e a Universidade.²

Dessas edições, pode-se dizer que, seja pelas mudanças políticas do período, seja pelas referidas a interesses mais imediatos do consórcio, seja ainda como efeito da disputa pelo monopólio da competência na área, tanto o perfil dos pesquisadores quanto a agenda de pesquisa se tornaram cada vez mais adstritos a certas identidades profissionais e a determinados campos temáticos. Houve, assim, o recuo das ciências históricas e deu-se ênfase em tecnologias de defesa.³ Publicadas em contextos já afetados pela dinâmica da crise política que tinha início, as edições de 2013 e 2018 não mais refletiam a intenção de fazer de temas militares um problema público. Consolidados no âmbito de departamentos universitários, os grupos de pesquisa do Pró-Defesa continuam a seguir a lógica do trabalho acadêmico e a adensar a produção nessa área, porém não necessariamente lograram ampliar a percepção que a sociedade tem dela. Em outras palavras, os temas da defesa e segurança deixaram de ser uma eventual tópica da democracia política brasileira, como parecia ser a intenção do Ministério da Defesa e da Capes no contexto de criação do programa (Jungmann, 2009),⁴ refluindo para os lugares onde sempre estiveram.

Enfim, ensaiando uma cronologia, pode-se dizer que, ao longo dos últimos quinze anos (2005-2019), a aproximação entre civis e militares no Brasil, a se tomar como parâmetro o Pró-Defesa, conheceu dois momentos. Até 2012, a estabilidade institucional do Estado brasileiro e a inscrição mais destacada do país no cenário internacional favoreceram a seleção dos temas da defesa e segurança como aspectos relevantes do debate público-político (Neri, 2012). Indício disso é o advento do Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN), novo marco legal e político da atuação das Forças Armadas brasileiras, que, em sua fase de elaboração, fez uso de audiências públicas em algumas capitais do país (Ministério da Defesa, 2012).⁵

Contudo, nos anos que se seguiram, o Brasil conheceu acentuado declínio econômico, com estagnação da sua capacidade de investimento e recuo da atividade econômica — fatores que costumam incidir fortemente sobre as condições de vida e trabalho da população urbana. Lutas sociais, logo amplificadas pela crise política, e retração do país no cenário internacional podem ter pesado na alteração das relações entre civis e militares. Tal sugestão é corroborada pela nomeação de um militar, Joaquim Silva e Luna, como ministro da Defesa do governo Michel Temer — algo inédito desde a criação da pasta, em

1999 —, a quem se seguiu o atual ministro, também militar, Fernando Azevedo e Silva.

Com base nessa contextualização, se pretende conferir uma dupla dimensão a este ensaio. Em primeiro lugar, ele deverá apresentar alguns dos resultados obtidos por uma pesquisa sobre o Exército Brasileiro, realizada no âmbito do convênio celebrado entre o Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio e o CEP-FDC em atenção ao Edital Pró-Defesa de 2008, que estabelecia a necessária associação entre instituições de ensino civis e militares. Tal pesquisa assumiu a forma de um *survey* nacional, cujo questionário foi enviado a 20.435 oficiais da ativa e foi respondido consistentemente por 2.423 entrevistados, isto é, um pouco mais de 11% do total de destinatários, o que possibilitou construir um banco de dados com significância estatística.⁶ No que se lerá a seguir, mobilizam-se, pois, alguns aspectos do perfil sociodemográfico dos respondentes, de suas percepções acerca da instituição em que atuam e de sua atitude diante das democracias contemporâneas, construídos a partir das respostas fornecidas ao questionário em 2013.

Como foram longos os passos subsequentes da pesquisa, pôde-se perceber discretas transformações que se operavam entre os militares, sobretudo ao se cotejar aquilo que era extraído das respostas ao questionário e o que, de forma impressionista, se passou a recolher das redes sociais à medida que avançava o calendário eleitoral de 2018. É certo que a percepção desses deslocamentos não tem valor documental, mas acentua o entendimento de que *surveys* são ilustrações fugazes de certas configurações sobre as quais importa refletir — são ilustrações fugidias, em movimento, esboçadas como paisagens ou retratos à aquarela.

Por isso, a segunda dimensão do presente ensaio consiste na valorização de aspectos que extrapolam o *survey*, entregando aos leitores não apenas os elementos contextuais de sua realização, mas também *insights*, impressões acumuladas no tratamento dos dados e sugestões para trabalhos futuros. Mesmo a bibliografia consultada sobre militares — e sobre militares no Brasil —, tendo a marca da apropriação por adventícios, poderá introduzir interessantes dissonâncias no campo, quer pela seleção dos textos, quer por alterar interlocuções e debates estabelecidos, mas, principalmente, por tentar conjugar uma longa tradição de estudos sobre o Exército Brasileiro com dados recentes sobre essa corporação.

RELAÇÕES CIVIS-MILITARES NO BRASIL: UMA ABORDAGEM

É de José Murilo de Carvalho (2005) a observação de que, apesar da forte e tradicional presença dos militares na história política do país, até a década de 1970 foram poucos os trabalhos que buscaram

[6] Entre os oficiais respondentes, 60,1% correspondem aos militares combatentes, isto é, aqueles que foram formados pela Academia Militar das Agulhas Negras. Os combatentes se distribuem entre as armas-base (Infantaria e Cavalaria) e as armas de apoio ao combate (Artilharia, Engenharia e Comunicações). Foram os infantis os que mais atenderam ao *survey* (23,5%), e, nesse conjunto, os oficiais superiores — majores, tenentes-coronéis e coronéis.

analisar as peculiaridades do Exército Brasileiro. Ele próprio escreveu, no fim dos anos 1960, quando cursava o doutorado na Universidade Stanford, alguns artigos com essa orientação, instigados, provavelmente, pela constatação da autonomia com que as Forças Armadas irromperam no cenário político em 1964 (Carvalho, 1968).

Em 1971, Edmundo Campos Coelho e Alfred Stepan publicaram, respectivamente, *Em busca de identidade: relações civis-militares no Brasil* e *The Military in Politics: Changing Patterns in Brazil*, dando vulto a uma matriz analítica que buscava articular a ação política dos militares a suas características institucionais. No interior dessa matriz, tais autores representavam as duas vertentes mais salientes: a que enfatizava a dinâmica organizacional das Forças Armadas e a que destacava a vinculação entre militares e classes sociais — mais propriamente entre Exército e camadas médias.

Em um trabalho que se tornou um clássico sobre as Forças Armadas na Primeira República, Carvalho (1974) investiu claramente numa análise organizacional, selecionando variáveis da estruturação do Exército, tais como o tipo de recrutamento, de treinamento etc., e as associando a um comportamento político que diferenciava essa força, por exemplo, da Marinha. De fato, essa abordagem tem gozado de grande prestígio nos estudos sobre o Exército Brasileiro, consagrando uma concepção de integração e de coesão organizacional alcançadas a partir de técnicas de formação, de rituais de confraternização e disciplinarização (Castro, 1990). Parece ter concorrido fortemente para a hegemonia desse tipo de análise a concordância de os próprios militares, em que pesem seus conflitos e os distintos graus de adesão a ela, comungarem da percepção de que são eficazmente socializados. Trata-se, pois, de um caso em que uma interpretação sociológica da corporação passou a ser vivida como sua natureza. Nesse sentido, “*ser um militar*”, para os oficiais do Exército Brasileiro, é ser imbuído de uma cultura comunitária, que se caracteriza pelo permanente aperfeiçoamento de habilidades e por valores exclusivos ao grupo. É parte dessa cultura, ademais, que o grupo se veja predominantemente articulado em torno das ideias de dedicação ao ofício e sacrifício de seus interesses pessoais.

A questão, contudo, é a de como essa organização interage com a sociedade, pois os modelos fechados de organização não só já foram deslocados por teorias organizacionais que operam com a ideia de *sistemas abertos* ou *contingenciais* (Torres, 2008), como também vêm deixando de corresponder à autoconsciência castrense. Desde a década de 1990, o Exército tem conhecido uma crescente heterogeneidade em seus processos de socialização por diferentes motivos: quer em virtude do ingresso de quadros com diploma universitário, que fazem apenas uma breve passagem pela Escola de Formação Complementar

do Exército (EsFCEx); quer pela chegada de mulheres; quer ainda pela multiplicação das atividades-meio da corporação, operadas por militares com formação tecnológica ou científica que têm como referência circuitos sociais cada vez mais ligados àquelas atividades e distantes da caserna, tais como as redes internacionais de pesquisadores. Assim, embora a formação de oficiais combatentes continue sendo exclusividade da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), diferentes padrões de socialização compõem, hoje, a feição institucional do Exército Brasileiro. Isso contribui para a revisão da ideia de homogeneidade de seus membros, corroborando o trabalho de Edmundo Campos Coelho (1985), que já entendia a coesão institucional e o caráter monolítico daquela organização como “variáveis analíticas” e não como “atributos” institucionais.

Algumas evidências dessa mudança no âmbito do oficialato podem ser extraídas das respostas dadas ao questionário. Foram, por exemplo, os entrevistados em postos mais elevados — coronéis e generais — os que se mostraram mais compassivos na avaliação do sistema de educação continuada que caracteriza a formação dos oficiais do Exército (Raposo, Carvalho e Schaffel, 2019). Isso pode significar que, para os mais seniores, a identidade militar é menos o resultado de uma formação acadêmica exigente, e mais o exercício de uma vocação. Tal hipótese vai ao encontro da posição de Charles Moskos (1977), para quem, se a formação não é tida como aspecto central ao desempenho do militar, é provável que o modelo acionado para definir a inscrição dos militares na corporação seja o vocacional. É esse o modelo que melhor expressa as concepções ortodoxas do militar e talvez seja o que, embora em declínio, ainda predomine no Exército Brasileiro.

Entre os oficiais mais jovens, porém, o resultado verificado foi outro: a formação é valorizada e crescem as exigências nesse âmbito, com demandas por habilitação específica. Para eles, portanto, é possível que o modelo de inscrição seja o profissional. O fato de os respondentes jovens avaliarem criticamente sua formação ao longo da carreira — com rechaço um pouco maior à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO)⁷ — merece investigação aprofundada, pois a imagem desfavorável que os oficiais de menor patente têm a respeito de uma escola estratégica à aquisição de saberes concernentes às atribuições do oficialato superior sugere que seu processo de formação profissional está aquém de suas necessidades ou de suas expectativas. Com base apenas nesse *survey*, entretanto, não se pode ir além dessa sugestão.

De resto, é a própria ideia de *vocação* que vem sendo posta em xeque. De acordo com a população pesquisada, ela não é mais o principal fator para a escolha da carreira militar, tendo sido suplantada pela ideia de *estabilidade no emprego* (Raposo; Carvalho; Schaffel, 2019, p. 74). Alterações no recrutamento de cadetes, atestadas pelo alto número de

[7] A ESAO é um desdobramento da Missão Militar Francesa, trazida ao Brasil após a Primeira Guerra Mundial para reestruturar e modernizar o Exército. Conhecida como “a casa do capitão”, seus cursos visam a capacitar esses oficiais para o exercício do comando.

filhos de pai e mãe com formação universitária e pós-graduação completa (idem, p. 73), sugerem que as transformações estruturais no mercado de trabalho brasileiro têm tornado a carreira militar e as demais carreiras de Estado atraentes também para segmentos das camadas médias já estabilizadas (Werneck Vianna; Carvalho; Burgos, 2018). Essa possibilidade contraria o entendimento frequente de que larga maioria do Exército é constituída de egressos de famílias pobres que almejam ascender socialmente.

Considerando-se que a escolaridade de pais e mães é um importante indicador de origem social, o Exército Brasileiro apresenta, hoje, um cenário dividido (Raposo; Carvalho; Schaffel, 2019, p. 62): cerca de metade dos oficiais provém das camadas médias superiormente escolarizadas (45% dos pais e 29% das mães), e a outra metade, de segmentos que ainda deparam com obstáculos à chegada à universidade, principalmente as mulheres, alcançando, na melhor das hipóteses, o ensino médio (52% dos pais e 69% das mães).

Porém, a escolaridade dos pais não fornece, isoladamente, um quadro preciso da proveniência social dos respondentes, sendo importante complementá-lo com informações acerca da ocupação de seus progenitores. Ainda que o questionário não contemple essa questão, é possível conceber, com base na literatura existente, que boa parte desses pais com formação universitária seja de oficiais que ingressaram na AMAN na década de 1980, filhos — eles, sim — de militares de baixa patente, oriundos de famílias pobres. Celso Castro (1993, p. 226), escrevendo sobre o tema no início dos anos 1990, apontou que, àquela época, o ingresso na AMAN representava “um meio de ascensão social dentro do próprio Exército”, e que parcela considerável dos oficiais superiores na década de 2020 “seriam os filhos de oficiais subalternos e praças dos anos de 1990”.

Tem-se, em resumo, um quadro em que 45% da população entrevistada descende de pais com ensino superior completo, podendo estes ser *civis* — ameaçados pela retração do mercado de profissões tradicionais — ou *militares* que, a ser correto o prognóstico de Celso Castro, se graduaram e pós-graduaram no interior da própria corporação. Assim, a opção mais votada — “estabilidade no emprego” — traduz essa nova configuração social e institucional do Exército Brasileiro, em que o oficial carrega cada vez menos conteúdos etnográficos correspondentes ao modelo vocacional, tendendo a se orientar pela ideia de *profissão* (Raposo; Carvalho; Schaffel, 2019, p. 77). A ênfase dos entrevistados na capacitação profissional, sua exigência por melhor formação, a demanda por acesso a vantagens conferidas a outras carreiras de Estado são, enfim, expressões do gradual abandono das formas tradicionais de inscrição dos oficiais do Exército na carreira.

Enfim, pode-se dizer que está em curso uma escalada do modelo profissional no Exército Brasileiro, em sintonia com a tendência observada em países sul-americanos que também passaram por longas ditaduras militares. Isso significa exércitos nacionais mais permeáveis ao “mundo externo” e com perfil aproximado ao de outros grupos profissionais. Contudo, essa porosidade não garante, por si só, mudanças de fundo nem na instituição militar, nem na relação desta com a sociedade. E, no Brasil, tais mudanças conhecem, ainda hoje, grandes limites.

O primeiro se refere à formação militar que, em sociedades democráticas, é regulada por instituições que fogem ao controle da corporação, embora aqui seja obra exclusiva dos militares. No Brasil, como se sabe, “o Ministério da Educação reconhece os cursos de formação de suboficiais e oficiais do ensino fundamental, médio e superior, atribuindo equivalência com o sistema educativo nacional, mas não possui a prerrogativa de avaliá-los” (Winand; Saint-Pierre, 2007, pp. 67-8), função que compete aos Estados-Maiores e a suas respectivas diretorias e departamentos de ensino das diferentes Forças. Na Argentina, em contraste, as instituições de ensino militar aceitam alunos civis e não exigem que os professores sejam militares (idem). Há, portanto, um crescente intercâmbio do Exército Brasileiro com a sociedade, seus temas e interesses, mas não de forma a alterar substancial e imediatamente seus procedimentos formativos e sua ideologia profissional.

A questão do recrutamento de mulheres é outro exemplo dessa tensão entre a permeabilidade da instituição ao “mundo externo” e as precauções institucionais em relação às mudanças. Ao longo dos anos 1990, as mulheres tiveram acesso a algumas funções e atividades no Exército — administração, saúde e ensino —, mas não àquelas de maior prestígio, ligadas diretamente ao núcleo combatente da corporação (Gomes, 2018). Foi apenas com a aprovação da Lei n. 12.705, de 8 de agosto de 2012, e com sua implementação, em 2017, que teve início a formação de mulheres como oficiais combatentes, o que significa sua admissão na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEX) e o prosseguimento de sua capacitação na AMAN. A formação dessa primeira turma será concluída em dezembro de 2021. A partir daí, se tudo der certo, os oficiais percorrerão as patentes de segundo-tenente, primeiro-tenente, capitão, major, tenente-coronel, coronel, general de brigada, general de divisão, general de exército e, só então, comandante do Exército Brasileiro. Assim, o primeiro grupo feminino a ingressar na EsPCEX somente chegará ao topo da carreira — e não serão todas as jovens que lá chegarão — em 2063, o que é, obviamente, um diferencial dos militares em relação a outros segmentos profissionais e a mesmo a outras carreiras de Estado.

Por fim, também o Ministério da Defesa, concebido como momento importante no processo de abertura das instituições militares ao “mundo externo”, pois prevê a subordinação dos comandantes das Forças Armadas a um ministro civil, não conseguiu subtrair qualquer parcela de autonomia decisória daqueles comandos, que prosseguem atuando como três Forças independentes (Zaverucha, 2005; Winand; Saint-Pierre, 2007) e, desde 2018, sob a regência de um ministro militar. Desse modo, a prática dos militares tem sido muito lentamente ajustada às mudanças que ocorreram no Brasil no fim do século XX e mesmo às mudanças que vêm sendo observadas em sua própria representação de si.

EXÉRCITO E DEMOCRACIA

O tema da profissionalização, tão saliente nos estudos militares realizados por cientistas sociais desde os anos 1980, tem sido predominantemente examinado sob a chave da sociologia política, e não da sociologia das profissões, constituindo um dos eixos do debate sobre a consolidação da democracia no país. Assim, por exemplo, para Stepan (1973), a profissionalização seria um eficiente antídoto à atuação política dos militares, na medida em que isso levaria sua atividade a se concentrar na defesa do Estado contra as ameaças externas. Contudo, esse mesmo autor reconhecia que a atuação castrense fora afetada por um “novo profissionalismo” que, urdido na Escola Superior de Guerra (ESG), preconizava a segurança interna, a ampliação do papel institucional das Forças Armadas e a assunção dos aspectos, segundo ele, inerentemente políticos da profissão militar.

Uma década mais tarde, já no contexto da transição à democracia, Edmundo Campos Coelho (1985) aprofundou a sugestão de McCann (1979) e afirmou que a chamada “doutrina da ESG” não chegou a ser um corpo original e coerente de preceitos. Para esse autor, aquilo que Stepan considerava o “novo profissionalismo” sempre esteve presente entre oficiais do Exército Brasileiro, como evidencia a atuação do general Góes Monteiro durante a Era Vargas (Coelho, 1985, p. 10). Nesse sentido, tanto a ditadura militar quanto o Estado Novo — anterior à existência da ESG — foram momentos de forte vigência do profissionalismo militar, em que o Exército “se unificou em prol do fortalecimento do Estado contra as oligarquias e pela imposição centralizada de modelos de organização nacional” (idem, pp. 14-5). E quando, em fins dos anos 1970, os militares começaram a se dividir acerca de sua permanência ou não no poder, foi também o profissionalismo que, visando à unidade da corporação, garantiu a “distensão lenta, gradual e segura” (idem, p. 15; Mathias, 1995). Portanto, no Brasil, o que se chamou de “novo profissionalismo” militar seria uma permeabilidade

da corporação a questões políticas que tem como limite a preservação da integridade da instituição.

Hoje, há que se considerar a possibilidade de uma redefinição das atribuições do profissional militar, que não mais se caracterizaria pela defesa do Estado nacional contra inimigos externos ou pela ampliação do papel institucional do Exército e das demais Forças, mas por seu envolvimento em missões humanitárias — de paz, de preservação ambiental, de evacuação de populações vivendo em áreas de risco, de combate ao tráfico de armas e drogas, apenas para mencionar algumas possibilidades. Tais missões, contudo, podem ser mais ou menos requeridas e aprovadas pelas sociedades a que se destinam, e corresponder mais ou menos à experiência e ao treinamento dos militares. No caso do Exército Brasileiro, por exemplo, as missões de combate ao tráfico de drogas e armas dividem a população pesquisada — 51% se manifestou a favor, 49%, contra, com maior resistência entre capitães e majores. De qualquer modo, embora se possa antever uma predisposição dos exércitos a corresponder às expectativas da sociedade civil globalizada, esses são ainda episódios específicos, em contextos determinados, que não chegam a demarcar um “novíssimo profissionalismo” militar.

Além desse debate sobre a política praticada pelas organizações militares, as décadas de 1980 e 1990 foram ricas em estudos comparados sobre democracias (Inglehart, 1997; Norris, 1999), trazendo referências importantes para a análise da situação brasileira. A despeito da multiplicidade de casos abordados, duas matrizes se impuseram ao debate: aquela que percebe o fenômeno democrático como fruto de uma prévia cultura de direitos e liberdades; e aquela que toma a democracia como efeito da ação racional de atores, sem a necessidade de consensos normativos prévios por parte da sociedade. Em um caso, adverte Carole Pateman (1980), a democracia “seria autossustentada”; no outro, sua estabilidade dependeria de “selvas democráticas”, sem que se esclareça satisfatoriamente como eles emergiriam.

Assim, nos anos finais do século passado, com a chamada terceira onda de democratização do mundo (Huntington, 1994), a ideia de uma cultura política ajustada à democracia e necessária à sua sustentação se tornou recorrente. A própria Constituição brasileira de 1988 concebe um tipo de experiência democrática que valoriza não apenas o livre funcionamento do sistema representativo, mas também uma cultura de direitos e liberdades cuja construção tem condições previstas e mecanismos estabelecidos no corpo mesmo da Carta (Werneck Vianna *et al.*, 1999). Enfim, a democracia política foi o debate determinante daquela conjuntura de transição ao poder civil, mas pouco se observou a respeito das concepções de democra-

cia que povoavam — e ainda povoam — a imaginação dos militares. Afinal, a que democracia os oficiais do Exército se referem quando se dizem democratas?

Algumas questões que compõem o questionário procuraram cercar essa matéria. Em uma delas, indagou-se sobre os fatores que comprometem ou fragilizam a democracia no Brasil, oferecendo algumas opções que poderiam ser reunidas em três eixos principais: (a) desarranjos na relação entre os Poderes; (b) desarranjos na representação; (c) ausência de uma cultura cívica consolidada no país. As respostas que predominaram foram “baixo nível educacional da população”, apontada por quase metade dos respondentes (49%), e “corrupção” (39%), ainda que, nesse caso, não se tenha como discriminar se a corrupção dizia respeito somente aos políticos ou também aos eleitores (Raposo; Carvalho; Schaffel, 2019, p. 86). De qualquer modo, “pouca instrução” e “corrupção” são ambos conteúdos associados aos atores do sistema representativo liberal — representantes e representados: estes, por não deterem a racionalidade e as habilidades exigidas pela experiência democrática; aqueles, por fazerem uso de suas credenciais para proveito próprio ou para benefício de indivíduos ou grupos.

Os oficiais mais antigos do Exército Brasileiro, em postos mais elevados, são os que mais relacionam a baixa escolarização da população brasileira aos riscos trazidos à democracia: cerca de 70% dos generais de brigada, por exemplo, destacaram essa relação (Raposo, Carvalho e Schaffel, 2019, p. 89). E, diante de um enunciado mais contundente acerca da aptidão dos eleitores — “o(a) eleitor(a) brasileiro(a) não sabe votar” —, o percentual de respostas positivas atingiu 93,4%, com maior concentração nos postos iniciais da carreira.

Bem menos que as opções anteriores, foram assinaladas como disfuncionais à democracia a “falta de organização política do povo” (4,2%) e a “falta de tradição partidária” (0,4%). Tais alternativas são aproximáveis ao que Carole Pateman (1980) identifica como instâncias sociais de treinamento para a tomada e a aceitação de decisões coletivas — para a construção, portanto, de uma cultura participativa, adequada à vida democrática. Em resumo, talvez se possa dizer que, para os oficiais entrevistados, a democracia é, de fato, fruto da relação mais estrita entre indivíduo e sistema político, e não do ambiente cultural e normativo em que esse indivíduo se move.

Tal entendimento foi posto à prova com uma questão testada anteriormente em pesquisa sobre cidadania e direitos realizada no âmbito do convênio firmado entre o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV-Rio) e o Instituto de Estudos da Religião (Iser) (Carvalho *et al.*, 1979). Transposta para a atual pesquisa, a questão visava aferir

os afetos militares para com a cultura política e a trajetória institucional do país. À pergunta “o (a) sr(a) poderia nos dizer que aspectos do Brasil, de forma geral, o(a) fazem sentir orgulho de ser brasileiro(a)?” foram oferecidas nove opções de resposta. A preferência dos militares recaiu sobre “riquezas naturais” (15,7%), “mistura de raças” (13,7%) e “unidade nacional” (13,2%) — ou seja, sobre um conjunto de referências do romantismo oitocentista, do período de formação nacional. “Democracia” (7,5%), por sua vez, foi a penúltima alternativa entre possíveis objetos de orgulho dos militares, estando à frente apenas da opção “liderança na América Latina” (6,4%).

Como se vê, o resultado traduz uma fraca correlação entre orgulho e democracia. O orgulho de ser brasileiro se apresenta ancorado em uma “origem”, em um passado mítico, que fornece uma representação burocrática — no sentido de irrefletida — do “*nós nacional*”. O percurso, o caminho, o processo de aperfeiçoamento de nossas experiências coletivas, a possibilidade de construção de um consenso normativo acerca do “bem” e do “público” são conteúdos expressivos que, segundo os oficiais entrevistados, não encontram tradução na ideia de democracia. Esse é um resultado que se distribui de modo uniforme por todas as patentes e permite inferir que, para os entrevistados, o indivíduo, seu aparato psicológico e mental, é a chave exclusiva de um sistema político por eles reduzido ao momento eleitoral — o que pode, segundo Carole Pateman, ameaçar a sustentabilidade democrática.

Por fim, uma terceira questão acerca da relação entre Exército e política, já agora nos anos 2000, dizia respeito à perda de poder por parte dos militares e aos avanços e retrocessos da democracia brasileira. As posições mais nítidas — e, portanto, ideais para a finalidade deste ensaio — foram: (a) as que consideraram que não haveria riscos de retrocesso político (Hunter, 1997); (b) as que apontaram a infiltração de militares no aparelho burocrático estatal, de onde continuariam a exercer tutela indireta sobre os processos políticos (Góes, 1984); e (c) aquelas que sublinharam a continuidade da ingerência militar na política brasileira, mesmo após o fim do regime autoritário (Aguiar, 1986; Zaverucha, 2000; Zaverucha; Teixeira, 2003). Assim, excluídas as posições otimistas, a percepção tende a ser, em graus variados, a de que o Exército continuaria a manter enclaves em outros setores do Estado, atuando com certa autonomia e gozando de prerrogativas (Zaverucha, 2005).

Contudo, em 2013, um pouco mais de uma década após iniciado o debate sobre avanços e retrocessos autoritários no Brasil, as respostas ao *survey* revelam militares que se sentem pouco influentes no espaço público brasileiro e pouco interessados em ampliar sua presença nessa esfera (Raposo; Carvalho; Schaffel, 2019, p. 94). Indagados sobre as instituições que consideravam menos influentes

ou destituídas de qualquer influência na vida republicana, apontaram, em primeiro lugar, “militares” (97,1%), seguidos por “cientistas e intelectuais” (94,9%) e “técnicos do governo” (89,5%). As instituições tidas como as mais influentes no Brasil seriam “televisão” (89,6%), “bancos” (85,5%) e “Congresso Nacional” (82,1%). Já quando perguntados sobre as instituições que deveriam exercer maior influência sobre a sociedade brasileira, os oficiais entrevistados destacaram “cientistas e intelectuais”, com um percentual jocosamente amplificado — 96,4%. No que se refere a essa indagação, o interesse maior talvez resida, porém, no fato de que para 20% dos respondentes a influência dos militares sobre a sociedade brasileira deveria ser “nenhuma”.

VOLTANDO AO INÍCIO

1999, criação oficial do Ministério da Defesa como um comando unificado das três Forças, exercido por ministros civis; 2003-2004, organização de um ciclo de debates sobre defesa e segurança, sob a direção do ministro José Viegas Filho e com a participação de intelectuais representativos de diferentes correntes de opinião; 2005, criação do Pró-Defesa, programa da Capes voltado ao estabelecimento de redes civis-militares de cooperação científica; 2008, aprovação da Estratégia Nacional de Defesa (END), coordenada pelos ministros Nelson Jobim e Roberto Mangabeira Unger, com a intenção de aproximar a sociedade e a universidade dos temas da defesa e segurança; 2009, criação da Frente Parlamentar da Defesa Nacional, presidida pelo deputado Raul Jungmann; 2011-2012, elaboração do Livro Branco da Defesa Nacional, novo marco legal e político da atuação das Forças Armadas, que contou com audiências públicas em algumas capitais do país; 2015, mudança no enfoque do Pró-Defesa, com a superestimação das tecnologias de defesa; 2017, operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no Rio de Janeiro, que dá poder de polícia às Forças Armadas; 2018, intervenção federal na segurança pública no Rio de Janeiro sob o comando do Exército; 2019, ministro militar no comando do Ministério da Defesa.

A cronologia é sugestiva. Tem-se, com ela, uma amostra das concepções e ações que, desde meados dos anos 1990, tentaram trazer as instituições e os temas militares ao prosclênio da democracia brasileira, sendo progressivamente deslocadas a partir de 2015. Muitas causas deverão estar associadas a esse deslocamento, algumas delas sugeridas ao longo do presente ensaio. Mas o pouco interesse que a sociedade, a academia — salvo os especialistas — e os democratas, de modo geral, costumam devotar às organizações militares têm contribuído para que questões estratégicas à democracia brasileira estejam ausentes do debate público-político. Outra consequência disso é a ini-

bição da objetivação de divergências entre os próprios militares, que, nesse caso, continuarão a recorrer a concepções naturalizadas, não reflexivas, de um “nós” corporativo e de sua missão. Sem tratamento intelectual e debate político, as questões afetas à defesa e segurança não serão capazes de articular interesses e construir convergências que, afinal, movem a democracia.

MARIA ALICE REZENDE DE CARVALHO [<https://orcid.org/0000-0003-1502-7962>], socióloga e professora titular do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) até 2008, atualmente é professora do departamento de ciências sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), onde coordena o Núcleo de Estudos e Projetos da Cidade (CENTRAL).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguiar, Roberto A. R. *Os militares e a Constituinte: poder civil e poder militar na Constituição*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.
- Anderson, Perry. “O Brasil de Lula”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 91, 2011, pp. 23-52.
- Bonelli, Maria da Glória. *Professionalismo e política no mundo do Direito*. São Carlos: EDUFSCar/Fapesp, 2002.
- Carvalho, José Murilo de. *On the Belief System of the Brazilian Military*. Belo Horizonte: Departamento de Ciência Política — UFMG, 1968.
- . “As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. In: Fausto, Boris (org.). *O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Difel, 1974, pp. 183-234.
- . *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- Castro, Celso. *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- . “A origem social dos militares: novos dados para uma antiga discussão”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 37, 1993, pp. 225-31.
- Champy, Florent. *Nouvelle théorie sociologique des professions*. Paris: PUF, 2011.
- Coelho, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1971.
- . “A instituição militar no Brasil: um ensaio bibliográfico”. *IBB*, n. 19, 1985, pp. 5-19.
- Góes, Walder de. “O novo regime militar no Brasil”. *Dados*, v. 27, n. 3, 1984, pp. 361-75.
- Gomes, Júlio César. *Mulheres no campo de Marte: um estudo sobre o habitus de gênero na oficialidade do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Capes/Editora da PUC-Rio, 2018.
- Hunter, Wendy. *Eroding Military Influence in Brazil: Politicians against Soldiers*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1997.
- Huntington, Samuel. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.
- Inglehart, Ronald. *Modernization and Postmodernization: Cultural, Economic and Political Change in 43 Societies*. Princeton: Princeton University Press, 1997.
- Jungmann, Raul (org.). *Discursos proferidos na ocasião do lançamento da Frente Parlamentar da Defesa Nacional*. Brasília: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 2009.
- Mathias, Suzelei Kalil. *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*. Campinas: Papyrus, 1995.
- McCann, Jr., Frank D. “Origins of the New Professionalism of the Brazilian Military”. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v. 21, 1979, pp. 505-22.
- Ministério da Defesa. *Livro Branco da Defesa Nacional*. Brasília, 2012. Disponível em: www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf. Acesso em 7/9/2019.
- Moskos, Charles C. “From Institution to Occupation: Trends in Military Organization”. *Armed Forces and Society*, v. 4, n. 1, pp. 41-50, 1977.
- Neri, Marcelo Córtes. “Apresentação”. In: Silva Filho, Edison Benedito da; Moraes, Rodrigo Fracalossi (orgs.). *Defesa nacional para o século XXI: política internacional, estratégia e tecnologia militar*. Rio de Janeiro: Ipea, 2012.
- Norris, Pippa (org.). *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance*. Nova York: Oxford University Press, 1999.
- Pateman, Carole. *Participation and Democratic Theory*. Nova York: Cambridge University Press, 1970.
- . “The Civic Culture: a Philosophic Critique”. In: Almond, Gabriel; Verba, Sidney (orgs.). *The Civic Culture Revisited*. Boston: Brown and Company, 1980, pp. 57-102.
- Raposo, Eduardo; Carvalho, Maria Alice Rezende de; Schaffel, Sarita. *Para pensar o Exército Brasileiro no século XXI*. Brasília/Rio de Janeiro: Capes/PUC-Rio, 2019.
- Stepan, Alfred. *The Military in Politics. Changing Patterns in Brazil*. Nova Jersey: Princeton University Press, 1971.

Recebido para publicação
em 10 de setembro de 2019.
Aprovado para publicação
em 12 de novembro de 2019.

NOVOS ESTUDOS

CEBRAP

115, set.–dez. 2019

pp. 637-651

- _____. "The New Professionalism of Internal Warfare and Military Role Expansion". In: *Authoritarian Brazil: Origins, Policies, and Future*. New Haven: Yale University Press, 1973, pp. 47-65.
- Teixeira, Helder Bezerra. *Geisel, os militares e o projeto distensionista: transição para a democracia ou continuísmo da ingerência militar na política brasileira?* Dissertação (mestrado em Ciência Política). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2001.
- Torres, Leonor Lima. "Cultura das organizações: enfoques dominantes, tendências internacionais e novas propostas analíticas". *BIB*, n. 66, 2008, pp. 47-63.
- Werneck Vianna, Luiz; Carvalho, Maria Alice Rezende de; Burgos, Marcelo. "Quem somos. A magistratura que queremos". Brasília/Rio de Janeiro: Associação dos Magistrados Brasileiros/PUC-Rio, 2018.
- _____. *et al. Judicialização da política e das relações sociais*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.
- Winand, Érica; Saint-Pierre, Héctor Luís. "O legado da transição na agenda democrática para a defesa: os casos brasileiro e argentino". In: Saint-Pierre, Héctor L. (org.). *Controle civil sobre os militares e política de defesa na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- Zaverucha, Jorge. *Frágil democracia: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. *FHC, Forças Armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- _____.; Teixeira, Helder B. "A literatura sobre relações civis-militares no Brasil (1964-2002): uma síntese". *BIB*, v. 55, 2003, pp. 59-72.

